



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

ACÓRDÃO Nº 716/2014 – TCE – TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE nº 1457/2014 (11 vols.).

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Fundação de Dermatologia Tropical e Venerologia Alfredo da Matta – FUAM.

4- Exercício: 2013.

5- Responsáveis: Sr. Carlos Alberto Chirano Rodrigues, Diretor-Presidente da FUAM.

6- Unidade Técnica: DICA-AM – Relatório Conclusivo nº 06/2014 (fls. 2099/2123).

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 3226/2014, do Dr. Ademir Carvalho Pinheiro, Procurador de Contas (fls. 2131/2133).

8- Relator: Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Fundação de Dermatologia Tropical e Venerologia Alfredo da Matta. Exercício de 2013.

Contas regulares com ressalvas. Multa. Notificação aos responsáveis. Autorizada a inscrição na dívida ativa. Determinação à próxima comissão de inspeção.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em sessão Plenária, no exercício da competência atribuída pelo art. 18, inciso II, da Lei Complementar nº 06/91, arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, I, da Lei nº 2423/96 e arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **em divergência** com o pronunciamento do Ministério Público de Contas:

9.1- à unanimidade, nos termos do voto do Exmo. Sr. Conselheiro-Relator, no sentido de:

9.1.1- Julgar REGULAR COM RESSALVAS as contas da Fundação de Dermatologia Tropical e Venerologia Alfredo da Matta – FUAM, exercício 2013, conforme dispõe o artigo 22, II, da Lei n.º 2.423/96-LO/TCE;

9.1.2- Determinar à próxima Comissão de Inspeção que verifique:

9.1.2.1- A implantação e funcionamento do Sistema de Controle Interno da FUAM, conforme itens 19 e 20, do Relatório/Voto;

9.1.2.2- A otimização do Conselho Consultivo e do cumprimento do artigo 2º, parágrafo único, IX, da Resolução nº 05/1990 TCE/AM, conforme itens 21 e 22, do Relatório/Voto.

9.1.3- Notificar os responsáveis Sr. Carlos Alberto Chirano Rodrigues e Sra. Mônica Sales Moreira de Souza para que tomem ciência deste Acórdão.



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

ACÓRDÃO Nº 716/2014 – TCE – TRIBUNAL PLENO

9.2- Por maioria, nos termos do Voto do Exmo. Sr. Conselheiro-Relator, no sentido de:

9.2.1- Aplicar multa ao Sr. Carlos Alberto Chirano Rodrigues, diretor-presidente da Fundação de Dermatologia Tropical e Venerologia Alfredo da Matta – FUAM, exercício 2013, com fulcro no artigo 308, II da Resolução nº 04/2002 TCE/AM, **no valor de R\$ 13.152,36**, em face da ausência de remessa de dados ao sistema ACP, itens 9 a 11, do Relatório/Voto;

9.2.2- Notificar o Sr. Carlos Alberto Chirano Rodrigues, para que tome ciência deste Acórdão, lhe fixando prazo de 30 (trinta) dias para o recolhimento das multas no montante de R\$ 13.152,36 aos cofres da Fazenda Estadual, com comprovação perante este Tribunal, nos termos do artigos 73 e 74 da Lei Estadual nº 2423/96 e artigo 169, I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, autorizando a instauração de Cobrança Executiva em caso de não recolhimento do valor da condenação;

9.2.3- Autorizar desde já a inscrição do débito na Dívida Ativa e instauração da cobrança executiva, no caso de não recolhimento dos valores da condenação e não interposição de recurso com efeito suspensivo, *ex vi* o artigo 173 do Regimento Interno deste Tribunal de Contas;

Vencido o Voto-Destaque do Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro, pela inaplicabilidade da multa pelo atraso no ACP.

10- Ata: 44ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 11 de dezembro de 2014.

12- Conselheiros: Josué Cláudio de Souza Filho (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado) e Alípio Reis Firmo Filho (Convocado).

13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral.

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro-Presidente

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Relator

ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA
Procurador-Geral